BENITO MUSSOLINI

A DOUTRINA DO FASCISMO



RIDENDO CASTIGAT MORES

A Doutrina do Fascismo

Benito Mussolini

IDEIAS FUNDAMENTAIS

I – Como toda a concepção política sólida, o Fascismo é acção e pensamento; acção em que está imanente uma doutrina e doutrina que, surgindo de um dado sistema de forças históricas, está nele inserido e aí opera internamente.

Possui, portanto, uma forma correlativa às exigências de lugar e de tempo e, simultaneamente, um conteúdo ideal que a eleva a fórmula de verdade na história superior do pensamento.

É impossível agir espiritualmente no mundo, como vontade humana, dominadora de vontades, sem um conceito da realidade transitória e particular sobre a qual é preciso actuar, e da realidade permanente e universal, que é a razão de ser e da vida da primeira. É preciso conhecer o homem para poder conhecer os homens; e para conhecer o homem, é necessário conhecer a realidade e as suas leis. Não há concepção de Estado que não seja fundamentalmente uma concepção da vida: filosofia ou intuição, sistema de ideias que se desenvolve numa construção lógica ou se concentra numa visão ou numa fé, mas sempre, pelo menos virtualmente, uma concepção orgânica do mundo.

II – Assim, não se poderá compreender o Fascismo nos seus vários aspectos práticos, como organização de partido, sistema de educação e disciplina, sem o encararmos, antes de mais, à luz do seu modo geral de conceber a vida: modo espiritualista. Para o Fascismo, o mundo não é o mundo material conforme aparece à primeira vista, no qual o homem é um indivíduo separado de todos os outros, governado por uma lei natural que, instintivamente, o leva a viver uma existência de prazer egoísta e momentâneo. O homem do Fascismo é o indivíduo que é nação e pátria, lei moral que une conjuntamente indivíduos e gerações numa tradição e numa missão, que suprime o instinto da vida encerrada no breve instante do prazer para instaurar no dever uma vida superior liberta dos limites do tempo e do espaço: uma vida em que o indivíduo, através da abnegação de si mesmo, do sacrifício dos seus interesses particulares e até da própria morte, realiza aquela existência inteiramente espiritual onde reside o seu valor de homem.

III – Concepção espiritualista, portanto, surgida também da reacção geral do século contra o positivismo do Ocidente fraco e materialista. Antipositivista, mas positiva: nem céptica, nem agnóstica, nem pessimista, nem passivamente optimista, como são em geral as doutrinas (todas negativas) que colocam o centro da vida fora do homem, o qual pode e deve, com a sua livre vontade criar o seu mundo. O Fascismo quer o homem activo e empenhado na acção com todas as suas energias, virilmente consciente das dificuldades e pronto para enfrentá-las. Concebe a vida como uma luta, pensando que cabe ao homem conquistar a existência verdadeiramente digna dele, criando em si próprio, antes de tudo, o instrumento (físico, moral, intelectual) para a edificar. Isto aplica-se tanto ao indivíduo singular como à nação e à humanidade.

Daí, o alto valor da cultura em todas as suas formas - arte, religião, ciência - e a formidável importância da educação. Daí também o valor essencial do trabalho, com o qual o homem vence a natureza e produz o mundo humano (económico, político, moral e intelectual).

IV – Esta concepção positiva da vida é uma concepção ética, evidentemente; abrange

toda a realidade, bem como a actividade humana que a domina. Nenhuma acção escapa ao julgamento moral: nada há no mundo que possa despojar-se do valor que a tudo cabe atribuir em relação aos fins morais.

Portanto, tal qual a concebe o fascista, a vida é séria, austera, religiosa, inteiramente concentrada num mundo sustentado pelas forças morais e responsáveis do espírito. O Fascismo despreza a vida cómoda.

V – O Fascismo é uma concepção religiosa onde o homem é encarado sob o ponto de vista da sua relação com uma lei superior, com uma vontade objetiva que transcende o indivíduo particular, elevando-o a membro consciente de uma sociedade espiritual. Quem, na política religiosa do regime fascista, se deteve em considerações de mera oportunidade, não compreendeu que, além de ser um sistema de governo, o Fascismo é também e acima de tudo um sistema de pensamento.

VI – O Fascismo é uma concepção histórica, segundo a qual o homem só é aquilo que é, em virtude do processo espiritual para que concorre no grupo familiar e social, na nação e na história, na qual todas as nações colaboram. Daí, o grande valor da tradição nas memórias, nas línguas, nos costumes, nas normas da vida social.

Fora da história, o homem nada é. Por isso, o Fascismo se ergue contra todas as abstrações individualistas de base materialista tipo século XVIII; e contra todas as utopias e inovações jacobinas. Não julga possível a felicidade sobre a terra, como a desejava a literatura economicista do século XVIII e, portanto, repele as concepções teleológicas que vêm em certa época da história, a organização definitiva do género humano. Isto significa colocar-se fora da história e da vida, que é um contínuo fluir e devir. Politicamente, o Fascismo quer ser uma doutrina realista; na prática, aspira a resolver apenas os problemas que surgem por si, historicamente, permitindo a sua própria solução(9). Para agir entre os homens, tal como na natureza, é preciso entrar no processo da realidade e tornar-se senhor das forças actuantes.

VII – Anti-individualista, a concepção fascista é a favor do Estado; e é pelo indivíduo, na medida em que este coincide com o Estado, consciência e vontade universal do homem, na sua existência histórica. Repele o liberalismo clássico, que surgiu da necessidade de reagir contra o absolutismo e esgotou a sua função histórica desde que o Estado se transformou na própria consciência e vontade populares. O liberalismo negava o Estado no interesse do indivíduo particular, o Fascismo reafirma o Estado como a realidade verdadeira do indivíduo. E, se a liberdade deve ser a prerrogativa do homem real e não do abstracto fantoche em que pensava o liberalismo individualista, o Fascismo é pela liberdade. E é pela única liberdade que pode ser uma coisa séria, a liberdade do Estado e do indivíduo no Estado, uma vez que, para o fascista, tudo está concentrado no Estado e nada existe de humano ou de espiritual, e muito menos tem valor, fora do Estado. Neste sentido, o Fascismo é totalitário, e o Estado fascista, síntese e unidade de todos os valores, internegra, desenvolve e potencia a totalidade da vida do povo.

VIII – Nem indivíduos, nem grupos (partidos políticos, associações, sindicatos, classes) fora do Estado. Por isso, o Fascismo é contra o socialismo que paralisa o movimento histórico na luta de classes e ignora a unidade estatal que funde as classes numa única realidade económica e

moral; analogamente, é contra o sindicalismo classista. Mas, na órbita do Estado organizador, o Fascismo quer que sejam reconhecidas as exigências reais que deram origem ao movimento socialista e sindicalista, fazendo-as valer no sistema corporativo, que concilia os diversos interesses na unidade do Estado.

IX – Segundo as categorias dos interesses, os indivíduos são classes; são sindicatos, segundo as diferentes actividades económicas co-interessadas; mas, antes e acima de tudo, são Estado. Este não é número, um somatório de indivíduos que constituem a maioria de um povo.

Por isso mesmo, o Fascismo é contra a democracia, que identifica o povo ao maior número, rebaixando-o ao nível da maioria, mas é a forma mais pura de democracia, se o povo é concebido consoante deve ser, isto é, qualitativa e não quantitativamente, como a ideia mais forte, porque a mais moral, coerente e verdadeira, que actua no povo como consciência e vontade de poucos ou até de um só e como ideal que tende a agir na consciência e na vontade de todos. De todos os que, etnicamente, extraem da natureza e da história as razões para formar uma nação, ligados pela mesma linha de evolução e de formação espiritual de modo a constituir uma só consciência, uma só vontade.

Não estamos perante uma raça ou uma região geograficamente individualizada, mas face a uma estirpe que se perpetua historicamente, uma multidão unificada por uma ideia que é vontade de existência e de poder: consciência de si, personalidade.

X – Essa personalidade superior é a nação, porque é Estado. Não é a nação que cria o Estado segundo o velho conceito naturalista que serviu de base à exaltação dos Estados nacionais no século XIX. Antes, a nação é criada pelo Estado, que dá ao povo consciente da própria unidade moral uma vontade e, portanto, uma existência efectiva. O direito de uma nação à independência deriva, não de uma consciência literária e ideal do próprio ser, nem tão-pouco de uma situação de facto mais ou menos inconsciente e inerte, mas de uma consciência activa, de uma vontade política em acção e disposta a demonstrar o próprio direito, isto é, de uma espécie de Estado já in fieri. De facto, como vontade ética universal, o Estado é criador do direito.

XI – A nação como Estado é uma realidade ética que existe e vive enquanto se desenvolve. Se parar, morre. Por isso, o Estado não é somente a autoridade que governa e dá forma de lei e valor de vida espiritual à vontade individual, é também força que fez valer a sua vontade no exterior, obtendo reconhecimento e respeito, isto é, demonstrando factualmente a sua universalidade em todas as determinações necessárias do seu desenvolvimento. É, portanto, organização e expansão, pelo menos virtual. Pode assim adaptar-se à natureza da vontade humana que no seu desenvolvimento não conhece obstáculos e se realiza provando a própria infinitude.

XII – O Estado fascista, forma mais alta e poderosa de personalidade, é força, mas força espiritual. Esta concentra em si todas as estruturas da vida moral e intelectual do homem. Não pode limitar-se a simples funções de ordem e de tutela, como pretendia o liberalismo. Não é um simples mecanismo que limita a esfera das chamadas liberdades individuais. É forma, norma interior e disciplina da pessoa na totalidade; penetra na vontade como na inteligência. O seu princípio, inspiração central da personalidade humana vivendo em sociedade, entra nas

profundidades e instala-se no coração do homem de acção, do pensador, do artista, do sábio: alma da alma.

XII – Em síntese, o Fascismo não é somente promulgador de leis e fundador de institutos, mas educador e promotor de vida espiritual. Pretende refazer, não as formas da vida humana, mas o homem, o carácter, a fé. Para alcançar este fim, necessita de disciplina e de autoridade que penetrem nos espíritos, dominando-os incontestavelmente. O seu emblema é, pois, o feixe dos Lictores, símbolo de unidade, de força e de justiça.

DOUTRINA POLÍTICA E SOCIAL

I – Quando no já tão longínquo Março de 1919 convoquei em Milão nas colunas do Popolo d'Italia os sobreviventes intervencionistas-combatentes que me haviam seguido desde a constituição dos Fascios de Acção Revolucionária, em Janeiro de 1915 - não havia qualquer plano doutrinário específico no meu espírito.

De uma só doutrina tinha tido experiência viva: a do socialismo desde 1903-1904 até ao Inverno de 1914; quase um decênio. Experiência de filiado e de chefe, não experiência doutrinal. Mesmo naquele período, a minha doutrina foi sempre a doutrina da acção. Não havia desde 1905 uma doutrina unívoca, universalmente aceite, ao começar na Alemanha o movimento revisionista chefiado por Bernstein contra o qual, na alternância das tendências, se formou um movimento revolucionário de esquerda que na Itália não passou do terreno teórico, mas que no socialismo russo foi o prelúdio do bolchevismo. Reformismo, revolucionarismo, centrismo; até os ecos dessa terminologia se extinguiram, mas na grande corrente do Fascismo encontrareis os filões que partiram de Sorel, de Péguy, de Lagardelle, do Mouvement Socialiste e da coorte dos sindicalistas italianos que de 1904 a 1914 trouxeram uma nota de novidade ao meio socialista italiano, desviri1izado e cloroformizado pela jornicação giolittiana, com as Pagine Libere de Olivetti, La Lupa de Orano, e Il Devenir Sociale de Enrico Leone.

Acabada a guerra, o socialismo já não existia como doutrina em 1919: existia só como rancor e com uma única finalidade, principalmente na Itália, as represálias contra aqueles que tinham querido a guerra e que deviam expiá-la. O Popolo d'Italia tinha como subtítulo Diário dos combatentes e dos produtores. A palavra produtores era já a expressão de uma o?entação mental. O Fascismo não surgiu de uma doutrina elaborada antecipadamente em tomo de uma secretária: nasceu da necessidade de acção e foi acção; não foi partido, nos primeiros dois anos foi antipartido e movimento. O nome que dei à organização fixava-lhe os caracteres.

Entretanto, quem reler nas folhas já amareladas da época a narração da reunião constitutiva dos Fascios italianos de combate, não encontrará uma doutrina, mas uma série de apontamentos, antecipações e esboços que, libertados do jugo inevitável das contingências, deviam, depois de alguns anos, desenvolver-se numa série de posições doutrinárias que faziam do Fascismo uma doutrina política em confronto com as outras, passadas e contemporâneas. "Se a burguesia, dizia eu então, julga encontrar em nós o seu pára-raios, engana-se. Devemos ir de encontro ao trabalho... Queremos habituar as classes operárias à capacidade de direcção, até para as convencer de que não é fácil dirigir uma indústria ou um comércio ... Combateremos o retrogradismo técnico e espiritual. Aberta a sucessão ao regime, não devemos ficar imbeles. Devemos acorrer; se o regime cair, devemos ocupar o seu posto. Cabe-nos o direito de sucessão por termos levado o país à guerra e o conduzir à vitória. A representação. política actual não é suficiente, queremos uma representação directa dos vários interesses ... Poderia dizer-se que com este programa voltamos às Corporações. Não importa! Queria, por isso, que a Assembleia aceitasse as reivindicações do sindicalismo nacional do ponto de vista económico.

Não é singular que desde o primeiro dia ressoe na Praça do Santo Sepulcro a palavra corporação, que no decorrer da Revolução devia significar uma das criações legislativas e sociais básicas do regime?

II – Os anos que precederam a Marcha sobre Roma foram anos durante os quais as

necessidades de acção não toleraram investigações ou elaborações doutrinárias completas. Lutava-se nas cidades e nas aldeias. Discutia-se e o que era mais sagrado e importante - morria-se. E sabia-se morrer. A doutrina completa com divisões de capítulos, de parágrafos e floreados de elucubração, podia faltar; mas havia algo de mais decisivo a substituí-la: a fé. Todavia, quem se lembrar de consultar os livros, os artigos, os votos dos congressos, os mais longos e mais curtos discursos, quem souber indagar e escolher, descobrirá que os fundamentos da doutrina foram lançados no mais aceso da luta. É justamente nesses anos que o pensamento fascista se ergue, se aperfeiçoa e se encaminha para uma organização. Problemas do indivíduo e do Estado, da autoridade e da liberdade, políticos e sociais e os mais especificamente nacionais; a luta contra as doutrinas liberais, democráticas, socialistas, maçónicas, populares, foram conduzidas contemporaneamente com as expedições punitivas. Mas, porque faltou sistema, os adversários de má fé negaram ao Fascismo toda a capacidade de doutrina, apesar desta, ainda que tumultuosamente, ir surgindo, primeiro, sob o aspecto de uma negação dogmática violenta, como sucede com todas as ideias que despontam, em seguida, sob o aspecto positivo de uma construção que nos anos de 1926, 1927, 1928 encontrou a sua concretização nas leis e nos institutos do regime.

Não apenas como regime mas também como doutrina, o Fascismo está hoje claramente individualizado. Esta expressão é internegrada no sentido de que, exercendo a sua crítica sobre si e sobre os outros, o Fascismo tem o seu ponto de vista inconfundível de referência - portanto de orientação - em relação aos problemas que afligem prática ou intelectualmente os povos do mundo.

III – Antes de tudo, no que diz geralmente respeito ao futuro e à evolução da humanidade, o Fascismo não crê na possibilidade e na utilidade da paz perpétua. Portanto, repele o pacifismo, que oculta uma renúncia à luta e uma cobardia perante tudo o que é sacrifício. Só a guerra eleva ao máximo de tensão todas as energias humanas, imprimindo um cunho de nobreza aos povos que têm a virtude de a enfrentar. Todas as outras provações se reduzem a meros substitutos que, na alternativa da vida e da morte, jamais colocam o homem frente a frente consigo mesmo. Assim, uma doutrina que parte do postulado prévio da paz, é tão alheia ao Fascismo como o são ao seu espírito, mesmo se aceites pela utilidade limitada que possam ter em certas situações políticas, todas as organizações internacionalistas e societárias, que, como a história nos demonstra, se dispersam ao vento quando elementos sentimentais, ideais e práticos, agitam tempestuosamente o coração dos povos. Esse espírito antipacifista, transporta-o também o Fascismo à vida particular dos indivíduos. A orgulhosa divisa dos esquadristas me ne frego, "estou-me nas tintas", escrita nas ligaduras de uma ferida, não é só um acto de filosofia estóica, é a síntese de uma doutrina não somente política: é a educação para o combate e a aceitação dos riscos que comporta - é um novo estilo de vida italiano. Assim, o fascista aceita e ama a vida; ignora e considera o suicídio uma vileza; compreende a vida como dever, elevação, conquista, a vida deve ser alta e plena: vivida por si própria, mas principalmente para todos os outros, próximos ou longínquos, presentes ou futuros.

IV – A política demográfica do regime é uma consequência dessas premissas. O fascista ama o próximo também, mas esse próximo não é para ele um conceito indeterminado: o amor ao próximo não impede as necessárias severidades educadoras e ainda menos as diferenças e as distâncias. O Fascismo repele os abraços universais e, ainda que vivendo na comunhão dos

povos civilizados, olha- os com atenção e desconfiança, observa-os nos seus estados de espírito e na transformação dos seus interesses e não se deixa enganar pelas aparências inconstantes e falsas.

V – Uma tal concepção da vida leva o Fascismo a ser a decisiva negação da doutrina fundamental do chamado socialismo científico ou marxismo: a doutrina do materialismo histórico, segundo a qual a história da civilização humana se explicaria unicamente pela luta de interesses entre as várias classes sociais e pela mudança dos meios e instrumentos de produção. Ninguém nega que as vicissitudes da economia - descoberta de matérias-primas, novos sistemas de trabalho, invenções científicas - tenham a sua importância própria; mas que bastem para explicar a história humana excluindo todos os outros factores, é um absurdo: o Fascismo crê, ainda e sempre, na santidade e no heroísmo, isto é, em acções sobre as quais nenhum motivo económico - longínquo ou próximo - possa ter influência. Negado o materialismo histórico para o qual os homens nada mais são que comparsas da história que aparecem e desaparecem na superfície das vagas enquanto na profundidade se agitam e trabalham as verdadeiras forças directrizes, está negada a luta de classes, invariável e inevitável, que é a natural consequência dessa concepção economicista da história; também e sobretudo, está negada a tese que a luta de classes seja o agente preponderante das transformações sociais. Ferido o socialismo nesses dois baluartes da sua doutrina, nada mais resta dele que a aspiração sentimental - antiga como a humanidade - à convivência social na qual sejam aliviados os sofrimentos e as dores dos mais humildes. Aqui, porém, o Fascismo repele o conceito de felicidade económica que se realizaria socialística e quase automaticamente em dado momento da evolução da economia, quando assegurasse a todos o máximo de bem-estar. O Fascismo nega o conceito materialista de felicidade, abandonando-o aos economistas da primeira metade do século XVIII; isto é, nega a equação bem-estar = felicidade, que converteria os homens em animais e com o pensamento numa só coisa: comer e engordar, reduzidos, pois, à mera e simples vida vegetativa.

VI – Depois do socialismo, o Fascismo bate em brecha o conjunto das ideologias democráticas e repele-as nas suas premissas teóricas e nas suas aplicações ou instrumentalizações práticas. O Fascismo nega que o número, pelo simples facto de ser número, possa governar as sociedades humanas através da consulta periódica; afirma a desigualdade irremediável, fecunda e benéfica dos homens, que não se pode nivelar através de um facto mecânico e extrínseco como o sufrágio universal.

Os regimes democráticos podem ser definidos como aqueles que de vez em quando dão ao povo a ilusão de ser soberano, apesar da verdadeira soberania estar noutras forças, por vezes irresponsáveis e secretas. A democracia é um regime sem rei mas com muitíssimos reis, em muitas ocasiões mais exclusivistas, tirânicos e ruinosos que um único rei tirano. Isto explica porque o Fascismo, apesar de ter assumido antes de 1922 - por razões contingentes - uma atitude tendencialmente republicana, renunciou a esta antes da Marcha sobre Roma, convencido que a questão das formas políticas do Estado não é hoje decisiva e que, considerando-se os exemplos das monarquias e das repúblicas presentes e passadas, se verifica que não se devem apreciar monarquias e repúblicas numa perspectiva de eternidade, uma vez que representam apenas formas nas quais se exterioriza a evolução política, a história, a tradição e a psicologia de determinado país. O Fascismo supera a antítese monarquia-república na qual se deteve o democratismo, que sobrecarregou a primeira com todas as insuficiências e faz a apologia da segunda como um regime de perfeição. Ora, já se viram repúblicas extremamente reacionárias e

absolutas e monarquias que acolhem as mais ousadas experiências políticas e sociais.

VII – "A razão, a ciência - dizia Renan, que teve iluminações pré-fascistas numa das suas Meditações Filosóficas - são produtos da humanidade; mas querer a razão directamente para o povo e através do povo, é uma quimera. Para a existência da razão, não é necessário que todos a conheçam. Em todo o caso, se tal iniciação se verificasse, não seria através da baixa democracia, que parece levar à extinção de toda a cultura superior e de todas as disciplinas elevadas. O princípio segundo o qual a sociedade existe para o bem-estar e a liberdade dos indivíduos que a compõem não parece estar de acordo com os planos da natureza, onde só a espécie é tomada em consideração e o indivíduo aparece sacrificado. É muito de recear que a última palavra da democracia assim compreendida (apresso-me a dizer que também pode ser compreendida de outro modo) não seja mais que um estado social em que a massa degenerada tem apenas a preocupação de gozar os prazeres ignóbeis do homem vulgar".

Até aqui, Renan. O Fascismo repele na democracia a mentira convencional e absurda da igualdade política, o hábito da irresponsabilidade colectiva, o mito da felicidade e o progresso indefinido. Se a democracia se pode entender de modo diverso, isto é, se democracia significa não colocar o povo à margem do Estado, o Fascismo pode ser definido por quem escreve estas linhas como uma democracia organizada, centralizada, autoritária.

VIII – Face às doutrinas liberais nos terrenos da política e da economia, o Fascismo está em completa oposição. Não se deve exagerar - com simples finalidades polémicas actuais - a importância do liberalismo no século passado e fazer do que foi uma das numerosas doutrinas formuladas naquele século uma religião para todos os tempos presentes e futuros. O liberalismo floresceu apenas durante quinze anos. Surgiu em 1830 como reacção à Santa Aliança, que queria fazer regressar a Europa à época anterior a 1789, e atingiu o seu esplendor em 1848, quando até Pio IX foi liberal. Logo depois, começou a decadência; à luz e à poesia de 1848, sucederam-se as trevas e as tragédias de 1849. A república de Roma foi aniquilada pela república francesa no mesmo ano, quando Marx lançava o evangelho da religião do socialismo com o famoso Manifesto Comunista. Em 1851, Napoleão III dá o seu golpe de Estado antiliberal e reina na França até 1870, sendo derrubado depois devido a um motim popular determinado por uma das mais formidáveis derrotas militares da história. Saiu vencedor Bismark, que nunca soube em que consistia a religião da liberdade e quais fossem os seus profetas. É sintomático que um povo de alta civilização como o alemão tenha ignorado totalmente a religião da liberdade no século XIX. Há um único parêntesis, o do denominado "ridículo parlamento de Frankfurt", que durou três meses. A Alemanha conquistou a sua unidade nacional fora do liberalismo e contra o liberalismo, doutrina que parece estranha à alma alemã, essencialmente monárquica, ao passo que o liberalismo é a antecâmara histórica e lógica da anarquia. As etapas da unidade alemã foram as três guerras de 1864, 1866, 1870 conduzidas por liberais como Moltke e Bismark. Quanto à unidade italiana, o liberalismo teve uma parte absolutamente inferior ao contributo dado por Mazzini e Garibaldi, que nunca foram liberais. Não teríamos tido a Lombardia sem a intervenção do antiliberal Napoleão; sem o auxílio do antiliberal Bismark em Sadowa e Sedan, muito provavelmente não teríamos conseguido Veneza em 1866 e não teríamos entrado em Roma em 1870. De 1870 a 1915, decorre o período em que os próprios sacerdotes do novo credo reconhecem o crepúsculo da sua religião, batida em brecha pelo decadentismo na literatura, pelo activismo na prática. Activismo, isto é, nacionalismo,

futurismo, Fascismo.

Depois de acumular uma infinidade de nós górdios, o século liberal procura desatá- los com a hecatombe da guerra mundial. Nunca religião alguma impôs tão imenso sacrifício. Os deuses do liberalismo tinham sede de sangue? Agora, porém, o liberalismo está a fechar as portas dos seus templos desertos, pois os povos sentem que o seu agnosticismo na economia, o seu indiferentismo na política e na moral, levariam, como levaram, os Estados à ruína. Tudo isto explica que todas as experiências políticas do mundo contemporâneo sejam antiliberais e é sumamente ridículo querer classificá-las fora da história, como se esta fosse uma coutada de caça reservada ao liberalismo e aos seus professores e como se constituísse a última e insuperável palavra da civilização.

IX – Contudo, as negações fascistas do socialismo, da democracia, do liberalismo, não devem fazer crer que o Fascismo deseje que o mundo recue para o que era antes de 1789, considerado o ano de abertura do século democrático-liberal. Não se volta para trás. A doutrina fascista não elegeu De Maistre como seu profeta. O absolutismo monárquico já se foi, tal como toda a eclesiolatria, e também os privilégios feudais e a divisão em castas impenetráveis e incomunicáveis entre si. O conceito de autoridade fascista nada tem de comum com o Estado de polícia. Um partido que governa totalitariamente uma nação é um facto novo na história. São impossíveis as referências e os confrontos. O Fascismo tira das ruínas das doutrinas liberais, socialistas, democráticas, os elementos que têm valor vital. Mantém os que podem ser considerados como factos históricos e rejeita o resto, isto é, o conceito de doutrina boa para todos os tempos e todos os povos. Admitindo que o século XIX tenha sido o do socialismo, do liberalismo, da democracia, não equivale a dizer que o século XX também deve ser o do socialismo, do liberalismo, da democracia. As doutrinas políticas passam, os povos ficam. Pode pensar-se que o século XX é o século da autoridade, o século das direitas, o século fascista; se o século XIX foi o século do indivíduo (liberalismo significa individualismo) pode pensar-se que este é o século do colectivo e, portanto, do Estado. É perfeitamente lógico que a nova doutrina se aproveite dos elementos vitais das outras. Nenhuma surgiu inteiramente nova, brilhante, nunca vista. Nenhuma se pode vangloriar de originalidade absoluta; está ligada, mesmo que só historicamente, às doutrinas passadas e presentes. Assim, o socialismo científico de Marx está ligado ao socialismo utópico dos Fourier, dos Owen, dos Saint-Simon; o liberalismo do século XIX a todo o movimento iluminista do século XVIII; as doutrinas democráticas estão ligadas à Enciclopédia. Toda a doutrina tende a encaminhar a actividade dos homens para um objectivo determinado; mas essa actividade reage sobre a doutrina, transforma-a, adapta-a às novas necessidades ou supera-a. A doutrina, portanto, não deve ser um jogo de palavras, mas um acto de vida. Daí, a estrutura pragmática do Fascismo, o seu desejo de poder, o seu querer afirmar-se, a sua posição em face da violência e do seu valor.

X – Base da doutrina fascista é a concepção do Estado, da sua essência, das suas obrigações e finalidades. Para o Fascismo, o Estado é o absoluto, ante o qual os indivíduos e grupos representam o relativo. Indivíduos e grupos só são concebíveis se pertencentes ao Estado. O Estado liberal não dirige o desenvolvimento material e espiritual da colectividade, limita-se a registrar os resultados; o Estado fascista tem consciência e vontade próprias, por isso é Estado ético. Em 1929, na primeira assembleia quinquenal do regime dizia eu: "Para o Fascismo, o Estado não é o guarda nocturno que se ocupa da segurança pessoal dos cidadãos; não é

tão-pouco uma organização com fins puramente materiais, como assegurar um certo bem- estar e uma relativa e pacífica convivência social, bastando nesse caso para isso um conselho de administração; não é também uma criação de política pura sem ligações com a realidade material e complexa da vida do indivíduo e dos povos.

Como o Fascismo o concebe e o realiza, o Estado é um todo espiritual e moral porque concretiza a organização política, jurídica e económica da nação e essa organização, desde o seu aparecimento e durante o seu desenvolvimento, é uma manifestação do espírito. O Estado garante a segurança interna e externa, ao mesmo tempo que é guardião e intérprete do espírito do povo como foi elaborado através dos séculos pela língua, pelos costumes e pela fé. O Estado não é apenas presente, é passado e, principalmente, futuro. É o Estado que, ultrapassando o breve limite das vidas individuais, representa a consciência imanente da nação. As formas em que os Estados se manifestam mudam, mas a necessidade do Estado permanece. É o Estado que educa os cidadãos nas virtudes cívicas, os torna conscientes da sua missão, os impele à unidade; que harmoniza os seus interesses na justiça; que transmite as conquistas do pensamento nas ciências, nas artes, no direito, na solidariedade humana; que da vida rudimentar da tribo, leva os homens à mais elevada expressão humana de força, a autoridade; que consagra nos séculos os nomes dos que morreram pela sua integridade ou para obedecer às suas leis; aponta como exemplo e recomenda às gerações vindouras os capitães que lhe engrandeceram o território e os génios que o iluminaram de glória. Quando declina o sentimento do Estado e prevalecem as tendências dissociadoras e centrífugas dos indivíduos ou dos grupos, as sociedades nacionais encaminham-se para o ocaso".

XI – De 1929 até hoje, a evolução económico-política universal reforçou ainda mais estas posições doutrinárias. É o Estado que se agiganta. Só o Estado pode resolver as dramáticas contradições do capitalismo. Aquilo que se chama crise não pode ser resolvido senão pelo Estado, dentro do Estado. Onde estão os manes dos Jules Simon, que nos começos do liberalismo proclamava que "o Estado deve trabalhar para se tomar inútil e para preparar a sua demissão"? De MacCulloch que, na segunda metade do século passado, afirmava que o Estado deve abster-se de governar muito? Em face das contínuas, solicitadas e inevitáveis intervenções do Estado nas vicissitudes económicas, que diria ainda o inglês Bentham, segundo o qual a indústria deveria pedir ao Estado que a deixasse em paz, ou o alemão Humboldt, segundo o qual o Estado ocioso devia ser considerado o melhor? Verdade é que a segunda onda dos economistas liberais foi menos extremista que a primeira e o próprio Smith abria a porta - se bem que cautelosamente às intervenções do Estado na economia. Se quem diz liberalismo diz indivíduo, quem diz Fascismo, diz Estado. O Estado fascista é único, é uma criação original. Não é reacionário, é revolucionário, ao antecipar as soluções de determinados problemas universais que, no terreno político, são postos noutros países pelo fraccionamento dos partidos, pela prepotência do parlamentarismo, pela irresponsabilidade das assembleias; no terreno económico, pelas funções sindicais, cada vez mais numerosas e fortes, quer no sector operário, quer no industrial, com os seus conflitos e acordos; no terreno moral, pela necessidade de ordem, de disciplina, de obediência aos ditames morais da pátria. O Fascismo quer o Estado forte, orgânico e, ao mesmo tempo, apoiado numa vasta base popular. O Estado fascista também reivindicou para si o terreno da economia e, através das instituições corporativas, sociais e educativas por si criadas, o sentimento do Estado chega até às últimas ramificações deste, circulando por todas as forças políticas, econômicas e espirituais da nação enquadradas nas

respectivas organizações. Um Estado que se apoia em milhões de indivíduos que o reconhecem, que o sentem e que estão prontos a servi-lo, não é o Estado tirano dos senhores medievais. Nada tem de comum com os Estados absolutistas anteriores e posteriores a 1789 . No Estado fascista, o indivíduo não é anulado, pelo contrário é multiplicado, tal como num regimento o soldado não é diminuído, mas multiplicado pelo número dos seus camaradas. O Estado fascista organiza a nação, mas deixa aos indivíduos margens amplas; limita as liberdades inúteis ou nocivas e conserva as essenciais. Não é o indivíduo mas o Estado que pode ser juiz nessa questão.

XII – O Estado fascista não permanece indiferente perante o facto religioso em geral e a religião positiva, que é o catolicismo italiano. O Estado não tem uma teologia, mas uma moral. O Estado fascista considera a religião uma das manifestações mais profundas do espírito; não é, portanto, apenas respeitada, mas defendida e protegida. O Estado fascista não cria um Deus seu, como em dado momento, nos delírios extremos da Convenção, quis fazer Robespierre; nem procura extirpá-la das almas, como faz o bolchevismo; o Fascismo respeita o Deus dos ascetas, dos santos, dos heróis e o Deus como é compreendido e invocado pelo coração ingênuo e primitivo do povo.

XIII – O Estado fascista é uma vontade de potência e de Império. A tradição romana é nele uma ideia-força. Na doutrina fascista, o Império não é só expressão territorial, militar ou mercantil, é espiritual e moral. Pode pensar-se num Império, isto é, numa nação que, directa ou indirectamente, conduz outras nações, sem necessidade de conquistar um só quilómetro quadrado de território. Para o Fascismo, a tendência ao Império, ou seja, à expansão das nações, é uma manifestação de vitalidade; o seu oposto é sinal de decadência: os povos que surgem ou ressurgem são imperiais, os povos que morrem são renunciatários. O Fascismo é a doutrina mais adequada para representar as tendências, o estado de espírito de um povo como o italiano, que ressurge depois de muitos séculos de abandono ou de domínio estrangeiro. O Império exige disciplina, coordenação de esforços, dever e sacrifício; isso explica muitos aspectos da acção prática do regime, o rumo de muitas das forças do Estado e a severidade necessária contra os que desejariam opor-se a este movimento espontâneo e fatal da Itália do século XX agitando ideologias do século XIX, rejeitadas em toda a parte onde foram tentadas grandes experiências de transformações políticas e sociais; nunca, como neste momento, tiveram os povos tanta sede de autoridade, de directivas, de ordem. Se cada século tem a sua doutrina, mil indícios patenteiam que a do século actual é o Fascismo. Ter despertado uma fé, evidencia que é uma doutrina de vida: que a fé conquistou os ânimos, demonstra-o o facto do Fascismo ter tido as suas vítimas e os seus mártires.

O Fascismo possui doravante a universalidade de todas as doutrinas que, tomadas uma realidade, representam uma época na história do espírito humano.